



REVISTA DIGITAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Editorial do número especial sobre Direito e Desigualdades

A presente edição especial da Revista Digital de Direito Administrativo busca compartilhar os resultados de pesquisa e reflexões produzidos no âmbito das atividades do Centro de Estudos em Direito e Desigualdades (CEDD) da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP (FDRP-USP). O Centro foi criado como um Núcleo de Apoio à Pesquisa, em 2013, com o objetivo geral desenvolver programas de pesquisa e extensão, com a participação de vários pesquisadores e pesquisadoras que têm se dedicado a problematizar, direito e desigualdades, em várias dimensões e abordagens, buscando produzir saberes teóricos e dogmáticos voltados para o fortalecimento do caráter democrático das instituições políticas e jurídicas brasileiras.

Os artigos aqui reunidos são resultantes de nosso esforço inicial em criar espaços de diálogos e reflexões entre pesquisadores e pesquisadoras de diversos grupos de pesquisa que foram mobilizados pelo CEDD para a construção de uma agenda em comum de pesquisas. As abordagens trazidas nos textos envolvem questões de dogmática jurídica, pesquisa social, teoria política e epistemologias. Alguns dos temas abordados são: direitos das águas, efetividade dos direitos sociais, redução das assimetrias regionais, democratização do acesso à justiça, participação e controle populares nas instituições públicas, qualidade da educação básica e questões de raça, etnia, gênero, sexualidade e colonialidade na conformação da desigualdade no Brasil.

Alguns dos questionamentos que nortearam as reflexões apresentadas nos artigos são: a) quais os elementos que invisibilizam as relações de desigualdade e discriminação no âmbito das relações sociais e jurídicas brasileiras? b) Quais os parâmetros e conceitos adequados, do ponto de vista das políticas públicas, para se buscar a efetivação do direito à igualdade e não discriminação? c) Em que sentido o Direito, as práticas jurídicas e o sistema de justiça têm servido à diminuição e, contraditoriamente, à reprodução das desigualdades na atualidade? Quais os marcos teóricos e analíticos podem ser mobilizados para que possamos pensar outras epistemologias jurídicas capazes de lidar com demandas de diversos grupos ou categorias tradicionalmente subalternizadas pelo discurso jurídico moderno-liberal?

O enfrentamento de tais questões exige a construção de novas experiências de pesquisa em direito, capazes de superar desafios como: ultrapassar as pesquisas individuais e de abordagens puramente teórico-dogmáticas do fenômeno jurídico, fortalecer o vínculo entre pesquisa jurídica e a realidade social e incorporar novas perspectivas metodológicas que possam servir à melhor compreensão da realidade social e da prática jurídica (pesquisa militante), à análise crítica da dogmática e do direito e ao diálogo efetivo com outras áreas do conhecimento.

A Revista também reúne textos decorrentes das atividades do I Seminário sobre Raça, Gênero e Justiça, organizado pelo CEDD, em parceria com o Núcleo de Assessoria Jurídica Popular de Ribeirão Preto (NAJURP/FDRP), o Instituto de Pesquisa, Direito e Movimentos Sociais (IPDMS). O evento ocorreu nos dias 22 e 23 de outubro de 2015, na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FDRP/USP). Teve como proposta articular as pautas de gênero, de questão étnico-racial e feminismo com a luta dos movimentos sociais por direitos e pela democratização do sistema de justiça. Assim, buscou construir debates e reflexões acerca das estratégias, tanto no âmbito dos movimentos sociais, como litigância e advocacia popular feminista, como no interior do sistema de justiça, para a garantia e efetivação dos Direitos Humanos das Mulheres. O evento, que teve longo dos dois dias, em torno de 250 participantes, reuniu estudantes, movimentos sociais, profissionais do sistema de justiça, com destaque, aos setores e núcleos especializados em violência doméstica e familiar – como o NUDEM/DPSP, a COMESP/TJSP, o GEVID/MPSP e a Articulação JUSDH para a democratização do sistema de justiça brasileiro - e agentes da rede de proteção e atendimento às mulheres em situação de violência doméstica de Ribeirão Preto.

A partir dos objetivos propostos pelo Seminário, a mesa de abertura intitulada Experiências latino-americanas de litigância feminista estratégica e de reforma do sistema de justiça sob as perspectivas de gênero e étnico-raciais, com participação de representantes do IPDMS, da Artemis e da ONG Themis – Gênero e Justiça, destacou a importância da democratização do sistema de justiça em diálogo com distintos agentes e movimentos sociais. A mesa debateu sobre a importância de repensarmos o Direito, a partir de uma reflexão que considere as experiências sociais de forma interseccional, ou seja, que compreenda de que forma gênero, classe, sexualidade, raça e etnia marcam as experiências dos sujeitos, bem como o acesso destes aos direitos e ao sistema de justiça.

Na tarde do dia 22/10, ocorreram a mesa intitulada Sistema de Justiça brasileiro e violência de gênero: experiências institucionais para o fortalecimento dos direitos humanos das mulheres e a mesa Enfrentamento da violência de gênero e Sistema de Justiça: experiências e relatos de pesquisa, momento em que foram apresentadas resultados de pesquisas sobre a rede protetiva local de violência doméstica e familiar, possibilitando o debate acerca dos avanços e desafios para a implantação da Lei n.º 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, nos marcos dos Direitos Humanos das Mulheres.

O Seminário realizou, ainda, em parceria com projeto de extensão Direito e Cinema, da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FDRP/USP), a atividade cultural com a apresentação do Curta - O dia de Jerusa – seguido de discussão e debate com a sua diretora e roteirista Viviane Ferreira. O debate foi construído, ainda, com participação de integrantes do Coletivo Café das Pretas, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e do Coletivo Negro da USP, da Universidade de São Paulo (campos de Ribeirão Preto).

A mesa intitulada Direito e Movimentos feministas: desafios da educação popular em direitos para efetivação de direitos das mulheres ocorreu na manhã do dia 23/10, e destacou a importância da Educação Popular em Direitos para a garantia e efetivação dos Direitos Humanos das Mulheres. A mesa apresentou, ainda, os percursos e trajetórias das Promotoras Legais Populares (PLPs) no Brasil, destacando os desafios e avanços que marcaram tal trajetória. Nesse sentido, Raquel Auxiliadora (PLPs/São Carlos) apontou a importância de debater com as mulheres o sistema de justiça, problematizando o distanciamento deste na concretização de direitos; Bruna Angotti (Maria Marias) trouxe reflexões sobre a importância de privilegiar a Lei Maria da Penha como um dos temas centrais nos cursos das PLPs, em especial, seus mecanismos de proteção e atendimento às mulheres em situação de violência. Por fim, Diana Melo (IPDMS) apontou a necessidade de maior articulação entre as integrantes das PLPs e militantes dos movimentos sociais feministas como uma das estratégias de articulação e fortalecimento das mulheres que participam dos cursos.

No período da tarde do dia 23/10, a mesa intitulada Justiça, Gênero, sexualidades e raça-etnia: construção de uma agenda de reformas no sistema de justiça brasileiro a partir das experiências da assessoria jurídica popular encerrou o seminário com propostas de pautas para pesquisas acadêmicas, bem como para a reforma do sistema de justiça, como forma de garantir a devida diligência no tratamento de questões que envolvem violência de gênero e violência doméstica, bem como no atendimento às mulheres em situação de violência.

Entre as propostas, destacaram-se: a necessidade de um diálogo crítico com a universidade, em geral, e com os cursos de direito, em especial, na garantia de um ensino jurídico que observe a transversalidade de gênero, sexualidade e da questão étnico-racial; a formação continuada e permanente de profissionais do sistema de justiça que sejam capazes de adotar uma perspectiva étnico-racial e de gênero na interpretação e aplicação da Lei Maria da Penha, bem como, das demais legislações relacionadas aos Direitos Humanos das Mulheres; maior articulação entre movimentos sociais feministas locais e profissionais do sistema de justiça, de modo a potencializar os resultados do Anexo de Violência doméstica de Ribeirão Preto criado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP), sobretudo com a especialização de profissionais que atuam nos processos com temáticas de gênero e de violência doméstica e violência intrafamiliar. Por fim, a proposta de lutar pela consolidação de parâmetros e protocolos brasileiros sobre a devida diligência de cada um dos agentes do sistema de justiça em casos de violência de gênero e violência doméstica e intrafamiliar.

FDRP, 18 de agosto de 2016.

Fabiana Cristina Severi – Membro do CEDD

Thiago Marrara – Membro do CEDD

André Luis Gomes Antonietto – FDRP-USP

Cinthia de Cássia Catoia – FDRP-USP

Tharuell Lima Kahwage – FDRP-USP

Deíse Camargo Maito – FDRP-USP